



DIÁRIO OFICIAL DE SANTA CATARINA

EXTRATO DIGITAL DE PUBLICAÇÃO

Extrato de Publicação, referente a matéria
matéria nº: 97319 de 25/03/2013
Edição Eletrônica nº 19541



Código de Verificação



Assinado de forma digital por FUNDO DE
MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS
OFICIAIS - 14284443000197

FRIGORÍFICO RIOSULENSE S.A.

CNPJ nº 85.782.878/0001-89

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,
Atendendo as disposições legais e estatutárias a Administração do Frigorífico Riosulense S.A. submete a apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia com o parecer dos Auditores Independentes, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

O exercício de 2012 foi muito especial em termos de resultado, certamente um dos mais importantes para o Frigorífico Riosulense, conhecido nacional e internacionalmente como Pamploina, na sua bem sucedida trajetória, este decorrente da combinação da qualidade dos seus produtos e do atendimento aos seus clientes, como também da ampliação do mix de produtos e dos centros de distribuição. Os esforços despendidos foram concentrados no aumento da produtividade, tornando a empresa mais competitiva e sustentável, sempre focada na estratégia da continuidade do crescimento e desenvolvimento.

Operando a plena capacidade, a Companhia obteve em 2012 um incremento de 4,4% no volume vendido. Foram comercializadas 127.210 toneladas, sendo 45,5% no mercado interno (48,1% em 2011), onde as vendas dos produtos de maior valor agregado (industrializados) representaram 25% das vendas a este mercado (23% em 2011). O mercado externo partici-

pou com 54,5%, (51,9% em 2011), escoadas para 28 países, sendo a participação do Frigorífico Riosulense de 11,3% do total de suínos exportados pelo País, segundo o anuário da ABI-PECS.

A Receita Operacional Bruta do ano foi de R\$ 701 milhões, em linha com as estimativas da empresa, (R\$ 620 milhões em 2011) e o lucro líquido atingiu R\$ 28,3 milhões, (R\$ 15,4 milhões em 2011). O expressivo crescimento do lucro líquido, está relacionado principalmente a melhora do resultado operacional, face ao aumento da produtividade e do crescimento das vendas dos produtos com maior valor agregado, e à redução das despesas financeiras.

O Frigorífico Riosulense com este desempenho, continua firme na busca pela melhoria de sua performance, tendo como objetivo preparar a Companhia para um ciclo de crescimento, ampliando continuamente a participação dos produtos industrializados com o lançamento de novos produtos e atuando em novos mercados.

Agradecemos o apoio recebido dos acionistas, a dedicação e comprometimento de nossos colaboradores, a parceria com as instituições financeiras, fornecedores, e a confiança em nós depositada pelos nossos clientes.

A Administração
Rio do Sul, 25 de março de 2013

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2012		2011		Passivo	Nota	2012		2011	
		2012	2011	2012	2011			2012	2011		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.597	7.078			Financiamentos e empréstimos	13	113.443	112.383		
Aplicações financeiras	5	4.264	3.120			Fornecedores		56.234	53.604		
Contas a receber de clientes	6	74.889	75.166			Salários, encargos e contribuições sociais		7.814	8.081		
Estoques	7	25.935	21.482			Obrigações tributárias		975	807		
Ativos biológicos	8	71.807	51.326			Comissões a pagar		1.012	730		
Impostos a recuperar	10	49.837	41.733			Outras contas a pagar		<u>5.091</u>	<u>4.880</u>		
Outras contas a receber		<u>4.596</u>	<u>7.653</u>					<u>184.569</u>	<u>180.485</u>		
		<u>237.925</u>	<u>207.558</u>			Não circulante					
Não circulante						Financiamentos e empréstimos	13	33.822	25.951		
Depósitos judiciais	9	2.077	1.617			Provisão para contingências	9	24.183	25.560		
Impostos a recuperar	10	16.189	10.305			Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	11	29.486	24.087		
Outros créditos a receber		1.732	2.094			Outras contas a pagar		<u>1.316</u>	<u>974</u>		
Ativos biológicos	8	16.629	12.832					<u>88.807</u>	<u>76.572</u>		
Propriedades para investimentos		5.384	4.484			Patrimônio líquido					
Imobilizado	12	199.281	196.911			Capital social	14	121.400	120.000		
Intangível		<u>2.907</u>	<u>2.519</u>			Ajuste de avaliação patrimonial		86.109	88.022		
		<u>244.199</u>	<u>230.762</u>			Reserva Legal		1.239	-		
Total do ativo		<u>482.124</u>	<u>438.320</u>			Prejuízos acumulados		<u>-</u>	<u>(26.759)</u>		
								<u>208.748</u>	<u>181.263</u>		
						Total do passivo e patrimônio líquido		<u>482.124</u>	<u>438.320</u>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social		Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva Legal	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
		social	ção patrimonial				
Saldos em 31 de dezembro de 2010		120.000	90.060	-	-	(41.589)	168.471
Realização do custo atribuído	14.b	-	(3.087)	-	-	3.087	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído	14.b	-	1.049	-	-	(1.049)	-
Resultado do exercício		-	-	-	-	15.407	15.407
Juros sobre o capital próprio	15	-	-	-	-	(2.615)	(2.615)
Saldos em 31 de dezembro de 2011		120.000	88.022	-	-	(26.759)	181.263
Integralização de capital		1.400	-	-	-	-	1.400
Realização do custo atribuído	14.b	-	(2.899)	-	-	2.899	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído	14.b	-	986	-	-	(986)	-
Resultado do exercício		-	-	-	-	28.265	28.265
Transferência de lucros para reserva legal		-	-	1.239	-	(1.239)	-
Juros sobre o capital próprio	15	-	-	-	-	(2.180)	(2.180)
Saldos em 31 de dezembro de 2012		<u>121.400</u>	<u>86.109</u>	<u>1.239</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>208.748</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Resultados - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

	Nota	2012	2011
Receita operacional líquida	17	651.596	577.937
Custo dos produtos vendidos	18	<u>(533.536)</u>	<u>(479.282)</u>
Lucro bruto		118.060	98.655
Outras (despesas) receitas operacionais			
Vendas	18	(48.486)	(48.934)
Administrativas e gerais	18	(9.404)	(9.602)
Outras receitas operacionais		<u>1.014</u>	<u>2.531</u>
Resultado antes do resultado financeiro		61.184	42.650
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	19	11.828	13.696
Despesas financeiras	19	<u>(31.367)</u>	<u>(35.072)</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		41.645	21.274
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	11	(7.980)	(3.955)
Diferido	11	<u>(5.400)</u>	<u>(1.912)</u>
Resultado do exercício		<u>28.265</u>	<u>15.407</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Resultados Abrangentes Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

	2012	2011
Resultado do exercício	28.265	15.407
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>28.265</u>	<u>15.407</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Valor Adicionado Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

	2012	2011
Receitas		
Vendas de mercadoria, produtos e serviços	688.549	609.061
Outras receitas	1.088	2.626
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão (constituição)	2	(38)
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(423.921)	(382.715)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	<u>(108.485)</u>	<u>(99.425)</u>
Valor adicionado bruto	<u>157.233</u>	<u>129.509</u>
Depreciação, amortização e exaustão	<u>(7.891)</u>	<u>(7.769)</u>
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	<u>149.342</u>	<u>121.740</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas Financeiras	11.828	13.696
Outras	<u>4</u>	<u>5</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>161.174</u>	<u>135.441</u>
Distribuição do valor adicionado		
Empregados		
Remuneração direta	37.903	32.388
Benefícios	778	521
FGTS	3.269	3.189
Tributos		
Federais	29.329	22.396
Estaduais	29.753	25.983
Municipais	82	85
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	31.367	35.072
Aluguéis	428	400
Remuneração de capitais próprios		
Resultado do exercício	26.085	12.792
Juros sobre o capital próprio	<u>2.180</u>	<u>2.615</u>
Valor adicionado atribuído	<u>161.174</u>	<u>135.441</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

	2012	2011		2012	2011
Fluxos de caixa das atividades operacionais			Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Resultado do exercício	28.265	15.407	Recebimento por vendas de ativo imobilizado	798	2.216
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			Aquisição de ativo imobilizado	(11.135)	(6.069)
Depreciação e amortização	7.891	7.769	Aquisição de intangível	(593)	(208)
Impostos diferidos	5.400	1.912	Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(10.930)	(4.061)
Resultado na venda de ativo imobilizado	281	(1.389)	Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Provisão para contingências (constituição líquida de reversão)	(1.377)	4.958	Juros pagos por empréstimos	(14.806)	(17.004)
Juros e variação cambial não realizadas	(3.147)	9.154	Empréstimos tomados	231.217	246.765
	37.313	37.811	Pagamentos de empréstimos	(204.334)	(225.057)
Variações nos ativos e passivos			Aplicações financeiras vinculadas a empréstimos	(1.144)	(3.120)
Contas a receber de clientes	277	(18.257)	Juros sobre o capital próprio pagos	2.180	(2.615)
Estoques	(4.453)	6.529	Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamentos	10.153	(1.031)
Ativos biológicos	(24.278)	(13.134)	Redução de caixa e equivalentes de caixa	(481)	(1.130)
Impostos a recuperar	(13.988)	(7.839)	Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa		
Outras contas a receber	3.419	(714)	No início do exercício	7.078	8.208
Depósitos judiciais	(460)	314	No fim do exercício	6.597	7.078
Fornecedores	2.630	(3.343)	Redução de caixa e equivalentes de caixa	(481)	(1.130)
Contas a pagar e comissões	835	545			
Obrigações tributárias	168	275			
Salários, encargos e contribuições sociais	(267)	1.775			
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	1.196	3.962			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: O Frigorífico Riosulense S.A., fundado em 1948, conhecido nacional e internacionalmente como Pamplona, atua no segmento agroindustrial, com o abate de suínos e bovinos, no processamento e industrialização de seus derivados e na fabricação de rações. Possui duas plantas industriais para a produção de carnes, uma planta produtiva de rações e nove granjas de produção de suínos, localizadas no estado de Santa Catarina, e opera duas unidades industriais terceirizadas, uma de embutidos e outra de cortes, em Estação e Tupanciretã respectivamente, no estado do Rio Grande do Sul. Dispõem de seis centros de distribuição, dois localizados em Santa Catarina, e os demais nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo. Suas atividades estão organizadas em dois segmentos tendo no mercado nacional, onde atua desde sua fundação, como no mercado externo desde 1995. Com as marcas Pamplona, Riosul, Saudável e Paraná, posicionam-se com os seus produtos entre as principais empresas no segmento da agroindústria brasileira. Tendo o foco voltado aos clientes e consumidores, a Companhia respeita e adota padrões de qualidade capazes de atender aos mais criteriosos métodos de avaliação e mercados, desde o nascimento dos animais até o abate e industrialização, com acompanhamento constante e sofisticado controle de qualidade até chegar a mesa do consumidor final. O Frigorífico Riosulense S.A. adota como estratégia oferecer aos seus clientes produtos com maior valor agregado, ampliando a industrialização dos produtos da linha de embutidos, temperados, salgados e defumados. Neste sentido vem modernizando e ampliando o seu parque fabril, adequando as suas unidades produtivas frigorificadas como as granjas, à legislação de rastreabilidade de acordo com as normas do Ministério da Agricultura. **2. Base de preparação:** **a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. A emissão das demonstrações financeiras individuais foi autorizada pela diretoria em 21 de março de 2013. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos ativos biológicos mensurados pelo valor justo. **c. Moeda funcional e de apresentação:** Essas demonstrações financeiras individuais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamento:** A preparação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as normas contábeis brasileiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados

reais podem divergir das estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas: • Nota 8 - Ativos biológicos; • Nota 9 - Depósitos judiciais e provisão para contingências; • Nota 11 - Impostos diferidos; e • Nota 12 - Imobilizado. **3. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis, descritas em detalhes a seguir, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e na preparação do balanço patrimonial, com a finalidade da transição para as novas normas contábeis brasileiras, exceto nos casos indicados em contrário. **a. Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação. **b. Redução ao valor recuperável: (i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir ou não o pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido e indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência. A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis

e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. **(ii) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros como estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **c. Instrumentos financeiros: (i) Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia tem o seguinte ativo financeiro não derivativo: **Recebíveis:** Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem clientes e outros créditos. Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. **(ii) Passivos financeiros não derivativos:** Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Passivos financeiros são baixados quando as suas obrigações contratuais liquidadas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, exista o direito legal de compensar os valores e a Companhia tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. Tais passivos financeiros são representados por empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar os quais reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(iii) Capital social: Ações ordinárias:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo. **d. Estoques:** Os estoques de matérias-primas, materiais auxiliares e almoxarifado são avaliados pelo custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado. Os estoques de produtos em processo e produtos acabados são avaliados pelo critério fiscal. O critério fiscal determina que o estoque de produtos acabados seja avaliado em 70% do maior valor de venda daqueles produtos, e o estoque de produtos em processo em 80% do valor do estoque de produtos acabados. O valor destes estoques, apurado por esse critério fiscal, não apresentou diferença significativa daquele que seria apurado pelo método de custo médio de produção, e não excede o seu valor de mercado na data do balanço. **e. Ativos biológicos:** Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo. Alterações no valor justo

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de reais)

são reconhecidos no resultado. **f. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses, sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e, quando relevantes, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Custos subsequentes: O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(iii) Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas para os bens do ativo imobilizado são:

Edifícios	25 - 50 anos
Máquinas e equipamentos	5 - 40 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações	10 anos
Veículos	20 anos
Equipamentos de processamento de dados	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **g. Investimentos:** Representado principalmente por propriedades mantidas para investimento, refere-se a propriedades mantidas para valorização de capital, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. **h. Ativos intangíveis:** A Companhia possui software, marcas e patentes registrados como ativos intangíveis. Todos possuem vidas úteis definidas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada.

Amortização: Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. **i. Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

j. Provisões: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **k. Receita operacional:** A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios

econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável.

l. Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida. **m. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual. A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT), conforme a Lei nº 11.941/09. O RTT permite neutralizar o efeito tributário corrente sobre as contas do resultado que passaram a ter tratamentos diferentes sob a legislação fiscal e as novas práticas contábeis. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	2012	2011
Caixa	97	135
Bancos	2.625	1.993
Aplicações financeiras	3.875	4.950
Total de caixa e equivalente de caixa	6.597	7.078

Referem-se a aplicações em Certificado de Depósito Bancário com rendimentos baseados na variação da taxa do CDI, são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essas razões, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa. **5. Aplicações financeiras:** Refere-se a aplicações em certificados de depósito bancário remuneradas com base na variação do CDI, vinculadas a contratos de financiamentos e empréstimos, as quais estão classificadas como mantidas até o vencimento.

6. Contas a receber de clientes:

	2012	2011
No País	41.462	29.684
No Exterior	33.567	45.609
Partes relacionadas	12	27
	75.041	75.320
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(152)	(154)
	74.889	75.166

7. Estoques:

	2012	2011
Produtos acabados	19.005	15.944
Produtos em elaboração	191	435
Matérias-primas	241	219
Estoques em poder de terceiros	857	715
Materiais secundários	3.250	2.755
Mercadorias para revenda	1.534	613
Almoxarifado	857	801
	25.935	21.482

8. Ativos biológicos: Os ativos biológicos são reconhecidos

pelo valor justo e são compostos como demonstrado a seguir:

	2012	2011
Plantel de suínos vivos	87.539	63.298
Plantel de bovinos vivos	91	55
Florestas	806	805
	88.436	64.158
Ativo circulante	71.807	51.326
Ativo não circulante	16.629	12.832

Para a determinação do valor justo dos ativos biológicos, representados pelo plantel de suínos, a Companhia tomou como base os preços de mercado para a aquisição de suínos, praticados na região onde realiza as suas operações. As referências de preço de mercado foram ponderadas conforme o tipo de animal (matriz, leitão para engorda ou suíno adulto em fase de engorda), o peso e a idade dos animais ao longo do seu desenvolvimento tendo sido aplicadas aos animais conforme o peso estimado em cada uma de suas fases de desenvolvimento. O aumento no saldo do Plantel de suínos vivos deve-se ao maior número de cabeças existentes em 31 de dezembro de 2012, a elevação do peso médio dos suínos alojados no campo e a maior valorização dos preços de mercado quando comparados com o ano anterior. São classificados no ativo não circulante os ativos biológicos, as matrizes cuja expectativa de descarte é superior a doze meses.

9. Depósitos judiciais e provisão para contingências:

	Depósitos judiciais		Provisões para contingências	
	2012	2011	2012	2011
Tributários	1.663	1.189	21.134	20.482
Cíveis	347	347	2.369	4.565
Trabalhista	67	81	680	513
Total	2.077	1.617	24.183	25.560

A provisão para contingências é constituída para atender às prováveis perdas de processos tributários, cíveis e trabalhistas, contra os quais foram interpostos recursos. A movimentação da provisão para contingências nos exercícios de 2012 e 2011 está demonstrada a seguir:

	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro 2010	294	16.207	4.101	20.602
Adições	483	4.275	634	5.392
Baixas	(264)	-	(170)	(434)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	513	20.482	4.565	25.560
Adições	495	1.183	495	2.173
Baixas	(328)	(531)	(2.691)	(3.550)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	680	21.134	2.369	24.183

Tributárias: Refere-se basicamente a processos de compensação de créditos de PIS e COFINS. **Contingências possíveis:** A Companhia não provisiona valores sobre contingências avaliadas pelos assessores jurídicos com probabilidade de perda possível, como previsto nas práticas contábeis brasileiras. A Companhia possui diversos processos no montante total estimado de R\$ 31.860 (R\$ 32.973 em 2011), cuja opinião dos advogados é que o risco de perda é possível, não sendo necessário, portanto, registrar provisão para contingência.

10. Impostos a recuperar:

	2012	2011
ICMS	19.427	8.505
COFINS a recuperar	20.815	18.001
PIS a recuperar	5.175	3.939
IPI a recuperar	127	114
Antecipações de IRPJ	15.843	17.385
Antecipações de CSLL	4.639	4.094
	66.026	52.038
Circulante	49.837	41.733
Não circulante	16.189	10.305

a. ICMS: Em razão das exportações, a Companhia acumula créditos que são compensados com os débitos gerados com as vendas do mercado interno e podem ser usados para compra de matéria-prima através de processo de transferências a fornecedores ou a terceiros. **b. PIS e COFINS a recuperar:** O PIS e COFINS a recuperar são na sua maioria oriunda de créditos das compras de insumos destinados à exportação, os quais deverão ser realizados por compensação com débitos tributários e por meio de pedido de restituição junto às autoridades fiscais. **c. Antecipações de IRPJ e CSLL:** Referem-se a retenções na fonte sobre aplicações financeiras, antecipações no recolhimento do imposto de renda e contribuição social,

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de reais)

realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições federais a pagar, ou ainda através de pedido de restituição. **11. Impostos de renda e contribuição social diferidos líquidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil. O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

	2012	2011
Ativo		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	52	52
Provisão para contingências	7.527	8.012
Provisão para comissões	199	139
Provisão variação cambial passiva	461	1.246
Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social	18.643	22.109
Outras diferenças temporárias	969	789
	<u>27.851</u>	<u>32.347</u>
Passivo		
Custo atribuído	(44.359)	(45.345)
Ajuste a valor justo de ativos biológicos	(9.474)	(7.041)
Provisão variação cambial ativa	-	(450)
Provisão sobre reavaliação	(3.178)	(3.403)
Outras diferenças temporárias	(326)	(195)
	<u>(57.337)</u>	<u>(56.434)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	(29.486)	(24.087)

Neste ano a Companhia passou a apresentar os tributos diferidos ativos e passivos de forma líquida, por corresponderem a mesma entidade tributária e por poderem ser compensados entre si. De modo a manter a comparação entre as demonstrações financeiras apresentadas, tal reclassificação também foi efetuada no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2011. A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico, reconheceu créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. A Administração estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos acumulados em 31 de dezembro de 2012 nos seguintes exercícios:

2013	3.150
2014	3.415
2015	4.039
2016	4.628
2017	3.411
	<u>18.643</u>

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no

futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões. O imposto de renda e contribuição social diferidos calculados sobre adições temporárias, serão realizadas na proporção da solução final das contingências e eventos a que se referem, combinadas com as projeções de lucratividade fiscal futura. Reconciliação da taxa efetiva do imposto de renda e contribuição social:

	2012	2011
Resultado antes dos impostos	41.645	21.274
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(14.159)	(7.233)
(Adições) exclusões permanentes		
Despesas não dedutíveis	(158)	(361)
Receitas não tributáveis	196	838
Juros sobre o capital próprio	741	889
Imposto de renda e contribuição social	(13.380)	(5.867)
Impostos de renda e contribuição social corrente	(7.980)	(3.955)
Impostos de renda e contribuição social diferido	(5.400)	(1.912)
	<u>(13.380)</u>	<u>(5.867)</u>
Alíquota efetiva	32%	28%

12. Imobilizado: a. Movimentação do custo e depreciação:

	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Veículos	Equipamentos de processamento de dados	Outros ativos fixos	Imobilizado em andamento	Total
Movimentação do custo										
Saldos em 31 de dezembro de 2010	91.810	86.643	42.576	2.051	8.434	3.066	2.449	200	567	237.796
Adições	36	677	3.486	88	351	153	405	35	838	6.069
Transferência	-	461	5	5	55	-	-	-	(526)	-
Baixas	-	29	954	26	4	2.238	53	1	1	3.306
Saldos em 31 de dezembro de 2011	91.846	87.752	45.113	2.118	8.836	981	2.801	234	878	240.559
Adições	-	1.096	6.112	228	187	878	469	32	2.133	11.135
Transferência	-	861	212	-	497	-	-	-	(1.570)	-
Baixas	-	-	588	18	11	993	46	2	-	1.658
Saldos em 31 de dezembro de 2012	91.846	89.709	50.849	2.328	9.509	866	3.224	264	1.441	250.036
Movimentação da depreciação										
Saldos em 31 de dezembro de 2010	-	11.525	18.184	1.174	3.550	2.267	1.632	137	-	38.469
Depreciação no exercício	-	3.124	3.089	154	856	172	350	24	-	7.769
Baixa	-	-	562	25	-	1.951	52	-	-	2.590
Saldos em 31 de dezembro de 2011	-	14.649	20.711	1.303	4.406	488	1.930	161	-	43.648
Depreciação no exercício	-	3.125	3.255	158	880	83	367	23	-	7.891
Baixa	-	-	449	14	3	274	42	2	-	784
Saldos em 31 de dezembro de 2012	-	17.774	23.517	1.447	5.283	297	2.255	182	-	50.755
Saldos em 31 de dezembro de 2011	91.846	73.103	24.402	815	4.430	493	871	73	878	196.911
Saldos em 31 de dezembro de 2012	91.846	71.935	27.332	881	4.226	569	969	82	1.441	199.281

Teste ao valor recuperável dos ativos imobilizados: O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 não houve a necessidade de constituição de provisão para recuperabilidade. **13. Financiamentos e empréstimos:**

Modalidade	Encargos anuais médios	Vencimento	Moeda	2012	2011
Capital de Giro	Juros de 6,75% a.a.	2013	R\$	5.249	11.604
	5,50% a 9,50% a.a.	2013	R\$	18.520	12.360
	1,01% a 1,03% a.m.	2013	R\$	7.371	4.331
	10,75% a 11,22% a.a.	2012	R\$	-	1.029
	TJFPE + 7,30% a.a.	2014	R\$	5.164	-
	TJLP + 7,30% a 9,50% a.a.	2013	R\$	10.086	17.395
	100% CDI mais juros de 0,048% a 1,00% a.m.	2013/2015	R\$	53.461	45.558
	Juros de 6,0% a 8,90% a.m. + variação cambial	2013/2014	US\$	45.011	43.837
Investimentos					
BNDES	Juros de 7% a.a., TJLP e cesta de moedas	2013	R\$	76	975
	TJLP + 8,70% a.a.	2022	R\$	1.092	-
	2,50% a 4,5% a.a.	2020/2022	R\$	802	-
Arrendamento mercantil	0,62% a 1,65% a.m.	2014/2015	R\$	433	-
	0,75% a 4,5% a.m.		R\$	-	1.009
	CDI + juros de 1,08% a 1,20% a.a.		R\$	-	196
Outros	TJLP + 1,72% a 3,65% a.a.		R\$	-	40
				<u>147.265</u>	<u>138.334</u>
				<u>113.443</u>	<u>112.383</u>
				<u>33.822</u>	<u>25.951</u>
Parcelas circulante					
Parcelas não circulante					
Em 31 de dezembro de 2012, as parcelas do não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:					
2014	26.005				
2015	6.379				
2016	239				
2017 - 2022	1.199				
	<u>33.822</u>				

Os empréstimos e financiamentos têm como garantia aval dos acionistas, imóveis, máquinas e equipamentos e recebíveis. Os contratos de financiamentos, em 31 de dezembro de 2012, não possuem cláusulas do tipo "debt covenants" que incluem a manutenção de determinados índices econômico financeiros. **14. Patrimônio líquido: a. Capital social:** O capital social da Companhia está representado por 300.000 ações ordinárias

sem valor nominal. **b. Ajuste de avaliação patrimonial:** Refere-se ao do custo atribuído para os principais bens do ativo imobilizado reconhecido pela Companhia em 1 de janeiro de 2009, líquido dos efeitos tributários. **c. Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **15. Juros sobre o capital próprio:** De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, em 2012 a Companhia calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$ 2.180 (R\$ 2.615 em 2011), os quais foram pagos ainda em 2012 e contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados. O imposto de renda e a contribuição social do exercício foram reduzidos em R\$ 741 (R\$ 889 em 2011) em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre o capital próprio pagos aos quotistas. **16. Instrumentos financeiros: a. Gerenciamento do risco financeiro:** A Diretoria tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco e se reporta regularmente ao Conselho de Administração sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos, para definir limites e controles, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de reais)

Companhia. Através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, a Companhia desenvolve um ambiente de controle disciplinado e construtivo. **b. Riscos de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes. **(i) Contas a receber de clientes e outros créditos:** A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos e investimentos. Os principais componentes desta provisão são: um componente específico de perda relacionado a riscos significativos individuais e um componente de perda coletiva estabelecido para grupos de ativos similares com relação a perdas incorridas, porém ainda não identificadas. **(ii) Investimentos:** A Companhia limita sua exposição a riscos de crédito ao investir apenas em aplicações de renda fixa. A Administração monitora ativamente as classificações de créditos e, uma vez que a Companhia tenha investido apenas em aplicações de renda fixa, a Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações. O valor contábil dos principais ativos financeiros representam a exposição máxima ao risco de crédito e está demonstrado a seguir:

	2012	2011
Caixa e equivalentes de caixa	6.597	7.078
Aplicações financeiras	4.264	3.120
Contas a receber de clientes	74.889	75.166
Total	85.750	85.364

(iii) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos: A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável com base em um componente de perda estabelecido pelo provisionamento de títulos vencidos acima de um determinado período. **c. Risco cambial:** A Companhia avalia sua exposição cambial subtraindo seus passivos de seus ativos em dólar dos Estados Unidos ("USD"), permanecendo assim com sua exposição cambial líquida, que é o que realmente será afetado por um movimento da moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a exposição cambial estava assim representada:

	2012		2011	
	Moeda estrangeira	Moeda estrangeira	Moeda estrangeira	Moeda estrangeira
	(US\$)	R\$	(US\$)	R\$
Ativo				
Contas a receber	17.068	34.878	24.314	45.609
Passivo				
Empréstimos	(22.046)	(45.011)	(23.370)	(43.837)
Exposição líquida	(4.978)	(10.133)	944	1.772

A Administração considera a exposição cambial líquida adequada ao perfil das suas operações. **d. Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. **e. Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Todas estas operações são conduzidas dentro das orientações esta-

belecidas pela Diretoria. **f. Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura, de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos. **g. Gestão de capital:** A política da Diretoria é manter uma adequada base de capital para manter a confiança do acionista, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. **h. Riscos regulatórios e ambientais:** A Companhia está sujeita a leis e regulamentos ambientais, e estabeleceu políticas e procedimentos voltados ao cumprimento desses requerimentos. A administração conduz análises regulares para identificar riscos ambientais e para garantir que os sistemas em funcionamento sejam adequados para gerenciar esses riscos. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor. **i. Valor justo:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	2012		2011	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Equivalentes de caixa				
Aplicações financeiras	3.875	3.875	4.950	4.950
Custo amortizado				
Aplicações financeiras	4.264	4.264	3.120	3.120
Contas a receber de clientes	74.889	74.889	75.166	75.166
Empréstimos e financiamentos	147.265	147.265	138.334	138.334
Fornecedores	56.234	56.234	53.604	53.604

Os valores justos não refletem mudanças futuras na economia ou outras variáveis que passam ter efeito sobre a sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: **• Aplicações financeiras** - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são substancialmente correspondentes ao valor justo, em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI. **• Contas a receber, outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar** - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável ou relevante. **• Empréstimos e financiamentos** - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis,

por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento das atividades da Companhia.

17. Receita operacional: Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida nas demonstrações de resultados:

	2012	2011
Receita Operacional Bruta		
Venda de produtos mercado interno	346.138	317.938
Venda de produtos mercado externo	354.172	301.393
Venda de mercadorias	780	777
	701.090	620.108
Deduções	(49.494)	(42.171)
Impostos sobre as vendas	(36.953)	(31.124)
Devoluções e abatimentos	(9.052)	(6.705)
Ajuste a valor presente	(3.489)	(4.342)
Receita operacional líquida	<u>(651.596)</u>	<u>577.937</u>

18. Despesas e custos por natureza e função:

	2012	2011
Custos e despesas comerciais e administrativas		
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	432.603	399.031
Despesas com pessoal	37.903	32.388
Depreciações e amortizações	7.891	7.769
FGTS	3.269	3.189
Benefícios a empregados	778	521
Outras receitas e despesas	108.982	94.920
Total	<u>591.426</u>	<u>537.818</u>
Classificação por função		
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	533.536	479.282
Vendas	48.486	48.934
Administrativas e gerais	9.404	9.602
	<u>591.426</u>	<u>537.818</u>

19. Receitas e despesas financeiras:

	2012	2011
Receitas financeiras		
Juros ativos	5.708	7.326
Variações monetárias ativas	332	113
Variações cambiais ativas	4.405	6.099
Bonificações obtidas	1.201	-
Outros	182	158
	<u>11.828</u>	<u>13.696</u>
Despesas financeiras	2012	2011
Juros passivos	(21.935)	(26.128)
Variações monetárias passivas	(3)	-
Variações cambiais passivas	(8.602)	(7.759)
Outros	(827)	(1.185)
	<u>(31.367)</u>	<u>(35.072)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(19.539)</u>	<u>(21.376)</u>

20. Cobertura de seguros: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2012, a cobertura de seguros era composta por R\$ 135.000 (R\$ 45.661 em 2011) para danos materiais, R\$ 12.000 (R\$ 10.000 em 2011) para lucros cessantes e R\$ 27.380 (R\$ 26.160 em 2011) para responsabilidade civil.

Conselho de Administração

Valdecir Pamplona Presidente	Alidor Lueders Vice-Presidente	Irani Pamplona Peters Conselheira	Maria Daurete Pamplona Rizzi Conselheira	Edina Pamplona Conselheira	Elvio de Oliveira Flores Conselheiro	Milton Hobus Conselheiro
--	--	---	--	--------------------------------------	--	------------------------------------

Diretoria Executiva

Irani Pamplona Peters Diretora Presidente	Osmar Peters Diretor de Suprimentos e Logística	Sérgio Luiz de Souza Diretor Financeiro	Júlio César Franzói Diretor Comercial	Adilor Ascari Bussolo Diretor Industrial	Valdecir Pamplona Junior Diretor de Expansão e de Novos Negócios
---	---	---	---	--	--

Contador

Élvis Justen
CRC/SC-028194/O-3

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da

Frigorífico Riosulense S.A.

Rio do Sul - SC

Examinamos as demonstrações financeiras do Frigorífico Riosulense S.A. que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria.

Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente

e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Frigorífico Riosulense S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Joinville, 21 de março de 2013



Auditores Independentes

CRC SC-000071/F-8

Marcelo Lima Tonini

Contador

CRC PR-045569/O-4 T-SC